

«O ESPÍRITO MARCA UM TRIUNFO SEMPRE QUE LHE É DADO FORMULAR UMA VERDADE».

Santayana

ANO XXVI 20-4-1978
(Preço avulso: 5\$00) N.º 671

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barras

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 62536 LOULE

B. N. L.
23. MAI 1978
DER. LEG.
13-633
PORTE PAGO

A Voz de Loulé

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

A ECONOMIA QUE TEMOS II

O DESEMPREGO E A INFLAÇÃO: AS GRANDES CALAMIDADES NACIONAIS

É verdade que estamos arrastados, determinados e à mercê das convulsões da recessão generalizada que, nomeadamente a partir de 1973, atingiu as economias ocidentalizadas, com graves reflexos nas relações económicas internacionais.

Mas também não é menos ver-

favor de ambições pessoais e interesses alheios à nossa comunidade.

Encontramo-nos hoje envolvidos pela crise internacional, o que nos marca profundamente, face à vulnerabilidade externa que a nossa

(continua na pág. 5)

ESCOLA PRIMÁRIA DE QUARTEIRA REPETIDAS VEZES ASSALTADA

Pelo que nos foi dado saber a Escola Primária de Quarteira tem sido alvo de repetidos assaltos cometidos por intrusos que a coberto da noite ali se introduzem.

Mais um exemplo de desrespeito a que estes estabelecimentos de ensino estão sujeitos por quem vai sob o móbil do roubo, não

(continua na pág. 6)

DEVOÇÃO E ENTUSIASMO FORAM NOTAS DOMINANTES das Festas de Nossa Senhora da Piedade

Perante o peso das evidências temos de constatar sem inibições: as Festas de Nossa Senhora da Piedade, em Loulé, são as mais populistas do Algarve.

Claro está, que aqui o termo «populista», tem a acepção de favoritismo popular com que na realidade se revestem e com que o povo algarvio as distingue, associando-se espontaneamente, numa maciça aderência, a uma manifestação de cunho marcadamente religioso e devocionário.

As Festas de Nossa Senhora da Piedade, de há muito implantadas nesta vila, como relicário tradicional muito caro, ganham com efeito cada vez mais ex-



pressão na medida em que o pragmatismo secular, em aparen-

(continua na pág. 2)

um artigo de
JOSÉ MANUEL MENDES

dade que, muitos dos problemas com que hoje dramaticamente nos debatemos, se revestem de uma certa suavidade, não fossem as inconscientes depreciações e selváticas políticas de «terra quemada», em que as forças político-sociais deste País se empenharam na sua luta pelo poder, marginalizando o interesse nacional em

O DIA DA ÁRVORE

Comemorou-se recentemente o dia da árvore. A imprensa falada e escrita deu o devido relevo, as escolas promoveram as já tradicionais visitas aos campos e aos parques, os professores dissertaram sobre o tema e no dia seguinte voltámos ao mesmo. Toda a gente se esqueceu da árvore e muito principalmente do respeito que ela nos deve merecer, pois se tal acontecesse, como expli-

(continua na pág. 6)

QUARTEIRA — SOB O VISOR DAS NOSSAS ATENÇÕES

Sem pretender envolvimentos polémicos nem dirimir questões que não me pertencem, para as quais não me arrogo quaisquer procurações, fui, por incumbência de ofício jornalístico a que estou vinculado, solicitado pelo director deste jornal a esclarecer, junto do executivo camarário certos as-

suntos surgidos ultimamente nas colunas de «A Voz de Loulé» e que dizem respeito a Quarteira.

Em contacto pessoal com o presidente da Câmara Municipal de Loulé, sr. Andrade de Sousa, foram-me prontamente, sem evasivas e subentendidos, facultadas

(continua na pág. 2)

O Algarve enriquece Portugal

A crise económica portuguesa é, essencialmente, uma consequência da nossa incapacidade para produzir bens de elevado grau de procura nos mercados internacionais e, em contra partida, temos necessidade de importar produtos e matérias originárias de países estrangeiros, o que ocasio-

na um grave desequilíbrio na nossa balança comercial com o exterior. No entanto, a nossa incapacidade não tem por base uma carência insuperável de meios mas, tão só, a falta de imaginação e poder de iniciativa que, aliados a uma queda natural para a preguiça, levam o nosso povo a deixar-se arrastar, irremediavelmente, para uma situação de dependência que, a curto prazo, terá consequências em muito similares às já sofridas em 1580.

Existem, contudo, no nosso país, condições ímpares para resolver a crise económica e, ain-

(continua na pág. 5)

1.º DE MAIO EM ALTE



Um característico recanto de Alte, a pitoresca aldeia do Concelho de Loulé já famosa pelas suas tradicionais festas do 1.º de Maio

APONTAMENTO

SÓ A VERDADE IMPÕE O JORNAL E O JORNALISTA

O homem dispõe hoje de um verdadeiro arsenal de meios de comunicação. Por isso, pode acompanhar, com rapidez, o que se passa em qualquer parte do mundo. Mundo cada vez mais pequeno e que leva o homem a voar já pelo espaço sideral.

Os órgãos de comunicação vão, como se sabe, desde os jornais aos meios audiovisuais. Mas ainda são os jornais, quanto a nós, os principais órgãos de informação. Eles podem ser lidos, relidos, meditados, guardados e consultados em qualquer altura. Daí, o dizer-se, e com certa razão, que é através dos jornais que se faz a história. Daí, também, a grande responsabilidade que cabe aos jornais e aos jornalistas.

QUARTEIRA, POBRE QUARTEIRA?

O sr. Jorge da Maia é pessoa que não conheço e que também não me conhece. Antes de mais duvido muito do seu louletanis-

mo, até porque o título escolhido, parece revelar logo à partida não se tratar de um louletano. E isso porque não é normal os Louletanos, reconhecerem o expansionismo quarteirense, ou sentirem o mínimo de mágoa pela pobreza quarteirense.

Daí, que me pareça desnecessário a sua insistência para que o Sr. Presidente clarifique publicamente as razões dos erros citados. Primeiro, porque não é normal as pessoas reconhecerem os seus próprios erros. Segundo porque as Câmaras sempre foram autónomas, logo quem as conduz terá de usar de um certo autoritarismo. Terceiro, de sua parte

(continua na pág. 2)

A 1.º DO SUL DO PAÍS!

ESCADAS MAGIRUS PARA OS BOMBEIROS MUNICIPAIS DE LOULÉ

(VER PÁGINA 3)

Devoção e entusiasmo

foram notas dominantes

das Festas de Nossa Senhora da Piedade

(continuação da pág. 1) te ascendência, parece caracterizar a época em curso.

No caso preciso destas manifestações, o povo não se limitou a emoldurar os eventos decorridos, ele mesmo participou nas celebrações em particular nas de carácter religioso, designadamente, na Eucaristia, nas Novenas, orações do Rosário e muito em especial nas procissões.

Tal como haviam sido programadas as cerimónias levadas a efeito, tanto de índole religiosa como de feição profana, atingiram desusado brilhantismo, só igualado em festividades anteriores.

A «Festa Grande», que culminou auspiciosamente o ciclo de acontecimentos festivos englobados durante o período abrangido pela «Festa Pequena» (ao todo 15 dias), encerrou de forma concludente, diríamos mesmo em apoteose, esta significativa homenagem a Nossa Senhora da Piedade.

Cabe-nos recordar em retrospectiva os aspectos mais salientes e os atractivos que emolduraram a chamada «Festa Grande», a qual decorreu no passado dia 9 de Abril.

Como anúncio e prólogo dessa data houve na véspera à noite, no Largo do Monumento a Duarte Pacheco, um concerto dado pelos Filarmónicos dos «Artistas de Minerva» e Banda dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, regidas respectivamente pelos maestros João da Silva Gomes e Mário Silvério Marques, ambos naturais de Loulé.

Na manhã seguinte, logo após a celebração da Eucaristia, deu-se a procissão, acompanhada pela Banda Artistas de Minerva, sendo conduzida a veneranda imagem de Nossa Senhora da Piedade da Igreja de S. Francisco para o Largo do Monumento, onde se celebrou missa campal com sermão dado pelo Padre Luís Gonçalves, da Diocese do Porto.

Finda a cerimónia litúrgica, organizou-se a procissão que assumiu grande aparato.

A encabeçar a procissão, tomou lugar uma força simbólica da GNR a cavalo, e a fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Faro, representações diversas de corporações, e associações humanitárias, desportivas e recreativas do Concelho. Logo atrás do anor, a Banda Artistas de Minerva e um enorme caudal de devotos.

A procissão depois de percorrer as principais ruas de Loulé, repletas de público, que lhe abriu alas, fez breve paragem no Largo de S. Francisco, como a preparar-se para o derradeiro trajecto, rumo à Ermida situada na periferia da vila.

Com efeito, como lhe é peculiar, a procissão rompeu em marcha triunfal, numa cadência vívida empolgante.

Imenso caudal humano espalhado ao longo do percurso, seguiu emocionado esta monumental manifestação tributando, à passagem da peregrina imagem de Nossa Senhora da Piedade, vibrantes

acclamações que se tornaram mais vibrantes e frementes, quando a procissão atingiu a ladeira de acesso ao santuário.

Aí, o povo começou a acenar com lenços brancos a aclamar a «Mãe Soberana», numa demonstração de indissociável fervor e devoção, algo contagiantes.

A passo estugado, a procissão vence o caminho íngreme sempre acompanhada pelos acordes da Música Nova, sob as acclamações clamorosas do público que se apinha por todos os lados.

É impressionante, inesquecível e indescritível o espetáculo que então se desenha: a imagem de Nossa Senhora da Piedade parece voar sobre a cabeça dos peregrinos e escalar as alturas, até à capela edificada no cimo da colina, que lhe serve de morada.

Aí, foi então feita uma calorosa saudação à Santíssima Virgem.

Para completo encerramento dos festejos, as duas Bandas, dos Artistas de Minerva e de Torres Vedras, brindaram a assistência com atraente concerto que congregou fortes aplausos.

A meia-noite, e conforme delineado, foi lançado vistoso fogo de artifício.

Para cobertura dos acontecimentos mais salientes, estiveram presentes duas equipas de operadores de Televisão Portuguesa que fixaram no celulóide as imagens que mais atenção lhes despertaram.

Para o brilhantismo da parte profana muito contribuiu o acrisolado esforço de uma Comissão Organizadora vinculada à Câmara Municipal de Loulé.

QUARTEIRA, POBRE QUARTEIRA?

(continuação da pág. 1) havia que elogiar os seus conterrâneos, como prova do tradicional bairrismo e como travão a um crescimento pouco do agrado de tantos louletanos.

Portanto, caro e corajoso Maia, ficava-lhe muito melhor, como louletano que diz ser, (o que continua a não acreditar) dar um elogiozinho, tanto do agrado das vereações camarárias. Quem sabe se um pequeno louvor, não lhe seria mais útil num futuro não muito distante.

A não ser que a sua jogada seja no sentido de um lugar ao sol, numa vereação da futura Quarteira. Mas olhe: já tem muitos à sua frente. Há por aqui muitos auxiliares de trabalho feito. Até os repórteres fotográficos, já por cá andaram. Aliás, tudo indica que as pessoas representativas da Aldeia, estão a encarar o assunto a sério, muito especialmente o Sr. Presidente que o Povo pediu de mãos postas para se candidatar, e os ilustres deputados, que esse mesmo Povo elegeu.

É no entanto e apesar de tudo, de agradecer a sua aderência a esta causa justa, e o seu contributo para desmascarar a incompre-

QUARTEIRA

— SOB O VISOR DAS NOSSAS ATENÇÕES

(continuação da pág. 1)

as elucidações que o autor destas linhas entendeu ali invocar e obviamente afectas às motivações que estiveram na origem das diligências entabuladas.

Assim, sucintamente apresentei três questões, inquirindo simultaneamente das razões implícitas:

1 — Existência de um muro impeditivo de pretenso acesso a futura rua;

2 — Avanço de um imóvel ainda em construção, que segundo se afirma, ocupa indevidamente o espaço destinado a uma arteria (Rua Gil Eanes) e, se implanata, ao que se afirma, numa zona que se deveria reservar para um largo e onde se pensa construir o futuro mercado de Quarteira;

3 — Incompreensível começo de construções pertencentes à Associação de Moradores de Quarteira em local que se aventa ser destinado a futura avenida, localizada a Poente de Quarteira e contígua a Vilamoura.

Nos esclarecimentos proporcionados, que tiveram por base a consulta de processos de plantas dos locais em foco e de projectos antigos e já obsoletos e ainda de explicações técnicas subjacentes expediidas pelo arquitecto camarário, foi-me dado aperceber dos «porquês», ao que julgo ignorados ou apenas limitadamente entrevisados e que estão relacionados com estes precisos e controversos casos.

O presidente da Câmara de Loulé, sr. Andrade de Sousa, fez alusão à posição delicada em que se situa a actual edilidade que herdou alguns compromissos assumidos por anteriores vereações e que agora não se pode eximir.

Afora essas situações, a falta de um plano de urbanização de-

vidamente esquematizado colocou o executivo camarário frente a dilemas por vezes de difícil opção que poderão resumir-se no enunciado que se segue: travar e embargar o crescimento urbano por obediência a imperativos de alinhamento e distanciamento, ou permitir a expansão urbana sacrificando a respectiva ordenação?

Para conciliar tanto quanto possível estas contradições a presente edilidade não teve outro remédio se não indeferir as construções que brigavam frontalmente com as prescrições técnicas e tolerar as que minimamente delas diferiam.

Nestas apreciações estavam evidentemente excluídas muitas edificações que não suscitavam qualquer objecção municipal e por isso não constituíam matéria de difícil resolução.

Em face às razões aqui resumidamente aludidas, pode-se inferir de certas anomalias há muito perpetradas e que se atribuem à Câmara, na gerência da qual se encontra outra edilidade.

Factor importante a ter em consideração, portanto, é este, o que diz respeito à incerteza que pesou até há bem pouco tempo nos ânimos dos gestores camarários, pois só em data muito recente, por autorização superior, a autarquia celebrou um contrato com competente gabinete, tendente à elaboração e processamento de um plano urbanístico a ultimar no prazo de um ano. No acordo convencionado com o designado gabinete ficou estabelecido o avanço de pareceres dentro de três meses, a conceder sobre problemas tidos por prioritários.

No tocante às questões apresentadas, os esclarecimentos franequados foram os seguintes:

1 — O muro que veda a propriedade do sr. Isidoro, para evitar que a mesma seja devassada pelos transeuntes, foi consentido provisoriamente, na condição de ser demolido quando ali for aberta ao trânsito nova rua, ainda não existente e ainda por abrir.

2 — Os imóveis da Rua Gil Eanes, antes referidos, conquantos aparentem assimetrias de alinhamento e um deles, como se afirma, ocupa espaço pertencente à via pública, não fogem à bota estipulada para aquela rua.

Nesta elucidação teve-se em conta a planta da zona. Através da sua leitura chegou-se a esta conclusão: o «avanço de um dos prédios sobre a via pública», não corresponde à realidade posto que o seu «avanço» foi concebido em relação ao prédio do lado, que, esse sim, «recuou dois metros», por ter terreno à rectaguarda disponível para isso.

O recuo deste prédio redundou

em vantagem, permitindo o enquadramento, frente à sua fachada, de uma faixa para estacionamento de veículos.

Veio à baila, por associação de assuntos, o caso de um outro imóvel, de há muito implantado nessa mesma rua cuja esquina mergulha na via pública. A seu respeito a Câmara só consente o acréscimo de pisos superiores desde que os proprietários corrijam a excrescência assinalada.

Para a zona interior, onde periféricamente as duas edificações acima descritas se inserem, foi em tempos previsto, num projecto da autoria do arquitecto Laginha, o acréscimo de pisos superiores desde que os proprietários corrijam a excrescência assinalada.

Posteriormente, outro projecto conferiu ao terreno outra vocação: a de zona a destinar a blocos residenciais, a manchas verdes e a parque de estacionamento, que já lá hoje funcionam por intermédio de acesso possibilitado por abertura terrea de um prédio, sito na Rua Infante Santo.

Para este local está de resto prevista a abertura de uma rua que fragmentará a zona em duas partes, a fim de facilitar o seu acesso e conveniente escoamento da circulação.

Para salvaguardar a futura rua a Câmara só permitirá a construção nesse local desde que seja preservado o distanciamento necessário à passagem da citada arteria.

3 — Também em presença do respectivo projecto, do aglomerado habitacional da Associação de Moradores de Quarteira, ficou demonstrado o injustificado alerta que nos foi transmitido atinente à ocupação da futura avenida do lado Poente de Quarteira.

As construções que ali se esboçam seguem estritamente as directrizes do projecto que para essa obra foi gizado e que vai cobrir parte das terraplanagens já preparadas.

Somente importa considerar que a avenida Poente tem outro traçado diferente do suposto, que passa à ilharga do referido aglomerado habitacional e que de modo algum é ameaçado ou comprometido.

Com estas explicações aqui em resumo transcritas ficaram esclarecidos alguns assuntos, que noutras versões se apresentavam com uma feição diferente e de forma menos plausível.

Como é compreensível o intuito que presidiu a esta diligência de «A Voz de Loulé» foi o de aclarar problemas que vistos sobre determinados prismas apreciativos podem determinar juízos algo errôneos.

J. C. VIEGAS

A CONSTRUIR NO CENTRO DE LOULÉ



Vendem-se apartamentos

T - O

Artur Condinho & Guerreiro, Lda.

Face às necessidades de expansão exigida pelo crescente número de automobilistas que procuram os nossos serviços de assistência técnica, tornou-se imperioso abandonar as antigas e acanhadas oficinas para instalar a nossa firma na URBANIZAÇÃO EXPANSÃO SUL, onde esperamos continuar a merecer a preferência de quem queira distinguir-nos com a sua preferência e amizade.

Para problemas de pneus prefira a firma especializada:

TECNIPNEUS

URBANIZAÇÃO EXPANSÃO SUL — TELEF. 62397

LOULÉ

Foi há dias detido pelo P.S.P. de Portimão, Helder da Silva, natural de Lisboa e residente em Portimão, por haver trepado o arame que veda o Estaleiro da Empresa Algarvia de Pescas e ter penetrado no iate Guiding Eights, pertencente a Valcoin Roger Gardiner, de onde furtou duas malas a que se atribui o valor de 1500\$00 e mais os seguintes artigos: trezentas e trinta e três moedas de várias nacionalidades no valor de 1000\$00, um punhal, sete lençóis, um casaco, um chmímetro, vinte cassetes, um par de óculos e vários outros objectos que totalizavam a importância de 17 619\$00. Além dos furtos indicados o indivíduo em causa ainda danificou a instalação eléctrica do iate, prejuízos estes que de momento não se pode avaliar. Foi enviado ao Poder Judicial.

NOTÍCIAS DE ALTE

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alte e as suas congêneres algarvias formaram a UNIÃO DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO ALGARVE.

No dia 1 deste mês realizou-se em Lagos a primeira reunião da Assembleia Geral do novo organismo cooperativo, na qual foi aprovado o seguinte plano de actividades para 1978:

1. Promover o desenvolvimento das associadas, através dum estudo «in loco» dos seus problemas e achar soluções.

2. Realizar cursos de aperfeiçoamento e de valorização profissional do funcionalismo das associadas.

3. Reactivar e fomentar a criação de C. C. Agrícola Mútuo nos concelhos do Algarve, onde não estejam implantadas. Fundar delegações ou sucursais nas principais sedes de freguesias.

4. Procurar medidas comuns às associadas no fim duma unidade total.

Para isso foi nomeado o sr. Diogo Alberto Rodrigues C. Sebastian, Adjunto da Direcção e

Assistente junto das associadas, e seus auxiliares: António Manuel da Silva e José Sérgio Nunes Duarte, todos do Quadro de Pessoal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Monchique, a Caixa mais importante do Algarve.

Certamente que esta UNIÃO conduzirá a uma maior valorização estas benéficas Cooperativas de Crédito Agrícola.

No dia 8 deste mês um grupo cénico de Estoi, denominado «JOGRAIS DE ANTÓNIO ALEIXO», realizou na Casa do Povo de Alte um interessante espectáculo com os AUTOS DO TI JOAQUIM e DA VIDA E DA MORTE, da autoria do admirável poeta algarvio que foi António Aleixo. Pelos mesmos Jograis, os mais juvenis, foram também recitados versos de Emiliano da Costa, quadras de António Aleixo e de alguns poetas populares de Estoi.

A numerosa assistência aplaudiu com entusiasmo a magnífica actuação de «Jograis de António Aleixo».

C.

ESCADA «MAGIRUS» PARA OS BOMBEIROS MUNICIPAIS DE LOULÉ

Chegou ao conhecimento deste jornal, notícia com a qual nos congratulamos e certamente será acolhida com plena satisfação pela população do Concelho, que a Câmara de Loulé acabou de adquirir, para dotar os seus Bombeiros Municipais, de uma escada «Magirus», cujo custo ascendeu os 8.000 contos.

Com este novo e eficaz equipamento que permite o combate a incêndios desfogados em prédios de grande porte, os Bombeiros Municipais de Loulé estão aptos a acorrer a qualquer ponto do Algarve, onde seja necessária intervenção.

NOTÍCIAS PESSOAIS

FALECIMENTOS

No Hospital de Loulé faleceu no passado dia 5 de Abril o sr. Joaquim Ramos Faísca, que contava 69 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Maria Antónia Rosa.

O saudoso extinto era pai da sr.ª D. Maria de Lurdes Francisco, casada com o sr. Vítor Nunes Francisco e avô do menino Hugo Miguel Guerreiro Nunes.

Faleceu em Lisboa, no dia 30 de Março, em casa de sua filha (onde vivia há largos anos) a sr.ª D. Águeda de Guadalupe Pires Barreto Campina, de 72 anos de idade, viúva do sr. Manuel

Martins Campina, cunhada da nossa dedicada assinante sr.ª D. Emilia Maria Campina Léal e mãe das sr.ªs D. Ana de Guadalupe Barreto Campina Braga, residente em Faro, D. Maria Ruth Barreto Campina Cardoso de Oliveira, D. Maria de Lourdes Barreto Campina e D. Maria da Piedade Barreto Campina Vilhena Ferreira, residentes em Lisboa.

O funeral realizou-se para o cemitério de Loulé, terra onde a saudosa extinta viveu largos anos.

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

Bilhetes de Identidade

mais baratos se...

Uma Portaria do Ministério da Justiça, de 24 de Janeiro último, determina que «os pedidos de Bilhete de Identidade efectuados por estudantes de idade não superior a 13 anos, apresentados nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, beneficiarão dum desconto de taxa no montante de 20%.

Esta medida tem em vista evitar o afluxo excepcional de público no mês de Julho, devido aos estudantes que vão fazer a sua matrícula no ensino preparatório.

Militante do PCP informador da ex-PIDE

No Tribunal Militar Territorial do Porto, foi condenado em pena maior um militante do PCP, informador da ex-PIDE — Fernando Celso da Silva Lemos Ferreira.

E muitos mais o seriam — estamos em cré-lo —, se não tivessem sido destruídos os ficheiros, depois do 25 de Abril...

RANCHO FOLCLÓRICO

ALGARVIO

PROMOVE TURISMO

NA ESCANDINÁVIA

Numa digressão patrocinada pelo Centro de Turismo de Portugal na Escandinávia e Comissão Regional de Turismo do Algarve encontra-se em digressão pelo Norte da Europa durante todo o mês de Abril o Rancho Folclórico da Luz de Tavira (ex-Rancho da Fusa).

Através das sugestivas danças e cantares da terra algarvia pretende-se captar correntes turísticas para o Algarve tendo em vista aumentar a taxa de ocupação das unidades hoteleiras nas próximas estações baixas.

X Reunião Anual de Empreiteiros «Shell Composites»



De acordo com a sua intenção de dinamizar a actualização das técnicas e processos de aplicação dos produtos betuminosos «Shell Composites» na Construção Civil, sector dos mais importantes para a economia nacional, a SHELL PORTUGUESA promoveu recentemente em Lisboa a «X Reunião Anual» dos Empreiteiros recomendados.

PERDEU-SE

Pregadeira em ouro, de estimação, na Igreja de S. Francisco. Gratifica-se a quem entregar nesta redacção.

Mecânico - Oferece-se

Especializado em motores diesel e a gasolina, com carta de pesos e serviço militar cumprido.

Nesta redacção se informa.

(3-1)

dados pela SHELL PORTUGUESA para aquelas aplicações.

Além dos representantes da Empresa, estiveram presentes os Empreiteiros CRIP, ICOLISBOA e VAREQUIPE (Lisboa), JEREMIAS GOMES MOREIRA e REDINIL (Porto), FERNANDO MADEIRA (Viseu), ANTÓNIO ASCENÇÃO COELHO & F. os (Covilhã), JOSÉ GUERREIRO NETO & F. os (Loulé) e PREBEL (Funchal).

PRECISA-SE

Vendedor área Algarve, residente entre Faro e Loulé. Conhecimentos de material e equipamentos electromecânicos c/ carta de condução. Indicar curriculum vitae e ordenado pretendido. Entrada imediata. Resposta ao jornal ao n.º 41.

CARIMBOS

Executam-se na
GRAFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 62536 — LOULÉ

CANALIZADOR

PRECISA-SE

Com tarracha própria. Não é necessário ter experiência.

Contactar Vila 401 — Vale do Lobo ou telef. 94169 — ALMANSIL

OFERECE-SE EMPREGO

A serralheiro-electricista-montador, com experiência em montagens de bombas de água.

Nesta redacção se informa.

(3-1)

ASSIGESTE - Assistência à Gestão da Empresa, Lda.

Av. do Ténis, 16-r/c Esq. — ALBUFEIRA

No Algarve:

Organizamos / Analisamos /
Executamos / Controlamos

- ESCRITAS, GRUPOS A e B
- PROJECTOS DE INVESTIMENTO
- ESTUDO ECONÓMICO-FINANCEIROS
- GESTÃO FINANCEIRA — FISCALIDADE
- TÉCNICOS EXPERIENTES

Telef. Albufeira 52436 — Faro 25069

Casa do Algarve dirige petição ao Presidente da Assembleia da República acerca do ensino superior para esta província

Ante a atitude recentemente tomada pela Comissão Parlamentar de Educação e Cultura, que, segundo notícia propalada, considera suficiente para esta Província o «ensino superior curto», a Casa do Algarve dirigiu ao Presidente da Assembleia da República o seu repúdio, e solicita que os deputados actualizem os seus conhecimentos (se o não fizeram ainda) acerca do Algarve, para melhor decidirem sobre a resolução final que deles depende.

A carta, que apoiamos, é do teor seguinte:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República

A Direcção da Casa do Algarve, no propósito de tentar esclarecer, como lhe cumpre, as entidades oficiais, em Lisboa, acerca dos problemas e assuntos daquela província, tem seguido com a maior atenção e zelo, desde há anos as diligências e os poucos acontecimentos relacionados com a importantíssima aspiração do Algarve de dispor de 1 ou mais estabelecimentos de ensino superior, com categoria universitária.

Pareceu a esta Direcção que, após a apresentação, em Abril de 1977, na Assembleia da República do projecto de lei visando a criação dum Instituto Univer-

sitário, que iria agora dar-se o último passo no sentido de a população da nossa província, tão mercedora de receber os benefícios da cultura superior, ser finalmente satisfeita uma tão antiga e sempre viva aspiração.

Foi, no entanto, surpreendida esta Direcção com a notícia de que a Comissão Parlamentar de Educação e Cultura, em prejuízo do referido projecto, entende suficiente para o Algarve o «ensino superior curto».

Mesmo admitindo que já se encontre devidamente esclarecido e estruturado este nível de estudos, na contextura do ensino em Portugal, ao que se sabe, ainda em vias de ser remodelado, não se percebe quais as razões que contrariam o critério optimista — e por essa razão de forte poder criativo — de se estabelecer um Instituto Universitário, com vista à transformação dentro de alguns anos em Universidade, mesmo que, por enquanto, não possa conferir grau mais elevado do que o de Bacharel ou equivalente.

São inúmeros os argumentos que se podem apresentar em defesa do nosso ponto de vista, só que, por na maior parte constituírem a base de raciocínios lógicos e o conhecimento das manifestações da actividade do povo algarvio, esta Direcção considera inadmissível o desprezo

desses argumentos na ponderação de tão importante decisão. Nestas condições, só ao saberem-se as razões que tenham sido aduzidas para contrariar o projecto de lei de Abril do ano passado, poderiam as mesmas ser refutadas.

Resta-nos portanto, apelar para os Senhores Deputados que tenham oportunidade de intervir na discussão final da proposta sobre a qual a Assembleia da República haja de pronunciar-se, no sentido de se actualizarem nos seus conhecimentos acerca do Algarve e do seu povo, que, pelos visitos, estão a ser injustamente concretados.

A Direcção da Casa do Algarve não podendo, como é evidente, intervir de outro modo, solicita a V. Ex.º se dirige mandar que desta exposição seja dado conhecimento aos Senhores Deputados.

Temos a honra de nos submeter com a mais elevada consideração.

Pel'A. Direcção,
O Presidente,
Joaquim António Nunes

A Voz de Loulé, n.º 671 de 20-4-1978

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

FAZ-SE saber que na Ação com Processo Sumário n.º 13/78, a correr termos pela Secção Auxiliar deste Tribunal Judicial de Loulé, movida pelos A. A. — Irene Paulino Santana e marido Manuel Dionísio Madeira, residentes na Av. José da Costa Mealha, n.º 178, em Loulé, contra os R. R. JOAQUIM GONÇALVES PAULINO, solteiro, maior, ausente em parte incerta do estrangeiro, com o último domicílio conhecido no sítio da Pedragosa, freguesia de S. Clemente — LOULÉ, e ANTÓNIO MATIAS TOMÉ, solteiro, maior, também ausente em parte incerta do estrangeiro, com o último domicílio conhecido no lugar de Betunes — S. Clemente — LOULÉ, são estes R. R. CIDADOS para contestarem, apresentando a sua defesa no prazo de 10 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da segunda e última publicação do presente anúncio, sob pena de, não o fazendo, serem condenados no pedido que os A. A. deduzem naquele processo instaurado contra os citados e OUTROS e que consiste em que todos os R. R. sejam condenados, como herdeiros de João António dos Santos e mulher Francisca do Carmo Paulino, a reconhecerem que os compartimentos feitos por estes, por volta de 1962, no prédio que venderam à A. Irene Santana, com reserva do usufruto, são meras benfeitorias do referido prédio

constituído por uma moreda de casas, com vários compartimentos, com uma cerca em frente, no sítio da Horta do Curral, freguesia de S. Clemente — LOULÉ, que confronta do norte com Ribeiro da Graça e estrada, nascente Rua, poente Américo Coelho Costa e outra e sul Armando de Brito, inscrito na matriz urbana sob o artigo 835, cujas benfeitorias ficarão a fazer parte integrante do referido prédio, obrigando-se os A. A. a pagar aos R. R. o valor dessas benfeitorias que será determinado em Ação de Arbitramento, a propôr, se não houver acordo. Os R. R. devem abster-se de praticar quaisquer actos que prejudiquem os A. A. na fruição dos aludidos compartimentos e não se oporem à rectificação na matriz predial da freguesia de S. Clemente, do concelho de Loulé, do artigo n.º 4.112, urbano, para sua integração no artigo 835.

Loulé, 3 de Abril de 1978.
O Juiz de Direito, 1.º Subst.,
a) Miguel Teixeira Ribeiro
O Escrivão,

a) Américo Guerreiro
Correia

APARTAMENTOS

Vendem-se apartamentos, por estrear, situados na Expansão Sul, com 4 assolhadas, elevador, ampla cozinha, com os requisitos modernos.

Trata telef. 62482 — LOULÉ.

(5-5)

SIGNIFICADO DE UMA EMISSORA CATÓLICA EM PORTUGAL

No meio da desorientação e confusão de valores que estamos a atravessar, há quem se interroga sobre o significado dum Emissora Católica em Portugal?

Tendo por missão comunicar a Verdade e ajudar os homens a descobri-la, a Igreja tem necessidade e consequentemente o direito de poder dispor daqueles meios que a Ciência e a Técnica actuais colocam ao serviço da comunicação social.

A este propósito são bem concretos e expressivos os textos conciliares do Vaticano II quando recomendam que «com toda a solicitude se devem promover as estações católicas de radiodifusão».

No exercício da sua missão ao serviço do homem na comunicação da Verdade cabe à Igreja:

- a) Difundir a Mensagem Evangélica;
- b) Promover a formação cristã da sociedade humana;
- c) Fazer circular a informação sobre a própria vida interna, criar opinião pública, dialogar com o

mundo e fazer leitura cristã dos acontecimentos;

d) Realizar constantemente a denúncia profética das situações de mentira, de injustiça, de opressão e exploração.

Historicamente é um facto normal que os detentores dos meios de comunicação social (seja poder económico ou político), não aceitam essa actuação crítica por parte da Igreja ou de qualquer outra entidade. No nosso País temos assistido e continuamos a assistir a uma luta constante pelo domínio e controlo dos meios de informação, com situações que estão actualmente muito longe de estar definidas. Se a Igreja não puder contar com meios próprios poderá Ela disfrutar de uma verdadeira liberdade em comunicar a mensagem do Evangelho e levar a Verdade às pessoas?

É nesta perspectiva que se comprehende a existência da Rádio Renascença que a Igreja coloca ao serviço:

- a) de todos os portugueses, sem distinção de situações económicas, sociais, políticas e religiosas;
- b) da dignidade da pessoa humana, superior a todas as coisas e à qual se devem subordinar constantemente a ordem e o progresso social;
- c) de uma sociedade fundada na Verdade, edificada na Justiça vivificada no Amor e desenvolvida na Liberdade.

Posta assim ao serviço de todos os portugueses, na defesa da pessoa humana e dos valores fundamentais apontados, dentro da liberdade de informação que defende e sempre defenderá, a Rádio Renascença, Emissora Católica Portuguesa, procurará, antes de mais, informar com verdade, proclamar essa verdade e denunciar a mentira onde quer que ela se encontre.

«ORIENTAÇÃO POLÍTICA DA RÁDIO RENASCENÇA»

Sob o ponto de vista político a Rádio Renascença é apartidária no sentido de que não se enfeudará a qualquer partido político, antes defende uma sã democracia pluralista. Isto não significa porém que não tome partido quando estão em jogo os valores fundamentais da justiça, liberdade, verdade e paz que se propõe defender. Mas defender esses valores não é optar por um partido que em qualquer circunstância os defenda também; assim como denunciar mentiras ou injustiças não será o mesmo que combater um partido que porventura nelas caia. A Emissora Católica Portuguesa nunca pode ficar indiferente perante os problemas dos Homens, quer estes sejam de natureza económica, social ou religiosa.

TERRENO

Compro com água, luz e acesso fácil para construir casa. Resposta à Rua AB — lote 2-2.º, Esq. — Monte Abraão (ICOSAL) — QUELUZ OCIDENTAL.

NOTARIADO PORTUGUÊS

CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

CERTIFICO, para efeitos de publicação que, por escritura lavrada hoje, de folhas 4 a 6 verso do livro de notas para escrituras diversas, número 405, deste Cartório, a cargo da notária, licenciada Soledade Maria Pontes de Sousa Inês, foi constituída entre JOÃO DE SOUSA SANCADAS, JOSÉ CARLOS DE SOUSA SANCADAS, MARIO ALBERTO DE SOUSA SANCADAS, HENRIQUE AUGUSTO CORREIA, e CARLOS ALBERTO DE SOUSA JÚNIOR, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade adopta a firma SANCA-DAS & CORREIA, LIMITADA, e tem a sua sede no rés-do-chão esquerdo do prédio, sem número de polícia, em rua projectada, à Rua Gago Coutinho, povo e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé.

SEGUNDO — A sua duração é por tempo indeterminado, iniciando hoje a sua actividade.

TERCEIRO — O seu objecto é a actividade piscatória, podendo entretanto dedicar-se a outra actividade industrial ou comercial, mediante deliberação da assembleia geral.

QUARTO — O capital social, integralmente realizad

em dinheiro, é de cinquenta mil escudos, e foi subscrito pelos cinco sócios com uma quota, cada um, do valor nominal de dez mil escudos.

QUINTO — A gerência da sociedade dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a pertencer a todos os sócios, e os segundos outorgantes são, desde já, nomeados gerentes; o representado do primeiro outorgante só ficará também gerente com a maioridade.

PARÁGRAFO ÚNICO — É necessária a assinatura conjunta de dois dos gerentes para obrigar a sociedade; porém, nos actos de mero expediente, basta a assinatura de um só gerente.

SEXTO — A gerência fica autorizada a tomar de arrendamento quaisquer imóveis.

SÉTIMO — A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade e dos outros sócios que terão direito de preferência.

OITAVO — Sempre que seja necessário reunir a assembleia geral, serão os sócios convocados por cartas registadas, com a antecedência de oito dias pelo menos.

Está conforme o original. Cartório Notarial de São Brás de Alportel, aos dois de Março de mil novecentos e setenta e oito.

A Ajudante do Cartório,
(Assinatura ilegível)

O Algarve enriquece Portugal

(continuação da pág. 1)

dos, «primores» e que, por isso, são procurados pelos países de maior envergadura económica e com mais elevado grau de desenvolvimento social. Para tal é necessário, sobretudo, inventariar essas possibilidades e criar os meios necessários ao seu desenvolvimento e, paralelamente, mobilizar o povo em torno de um ideal nacional onde as perspectivas de bem estar social real sejam o principal factor de influência, pois, está provado que nenhum povo quer fazer sacrifícios para proporcionar meios de fortuna a meia dúzia de privilegiados

Só a verdade impõe o jornal e o jornalista

(continuação da pág. 1)

para tanto, reune condições para isso. Formação adequada e experiência adquirida no dia-a-dia da redacção de qualquer jornal. Antes de mais, devemos dizer que nos referimos a jornais independentes e de informação geral, deixando de lado os periódicos de especialidade, técnica ou cultural, profissional, política ou religiosos.

O jornalista tem de viver a sua profissão, melhor dizendo, a sua missão, porque de missão se trata, na verdade. Ele tem de impregnar a alma de isenção. Ele tem de ser, acima de tudo, escravo da verdade. Ele nunca poderá esquecer que só a verdade impõe o jornal e o jornalista. E o jornalista que assim actua e assim procede, serve, na realidade, o interesse da comunidade, que é como quem diz, o interesse nacional. Só assim, o jornal será considerado e o jornalista respeitado, por quantos ainda prezam a dignidade das acções e das pessoas. O resto, que por esse País circula, procurando impingir gato por lebre, ou mandar em tudo e todos, é manifestação intolerável que não aceitamos, e que acabará por afundar-se nas águas turvas e inquinadas em que prolifera.

E. Machado Pinto

que, mais tarde, colocarão nas suas cabeças uma coroa de ouro e uma espada sobre a cabeça do povo.

Nenhum pseudo-patriotismo levará o povo português ao fascismo nem qualquer ideal internacionalista o levará ao comunismo. Assim, com base na ideia do progresso económico e social para todos os portugueses, desenvolvemos Portugal e exploremos o que de mais rico ele contém e que constitui a nossa fortuna natural, como o petróleo representa a fortuna para os países que o possuem.

Não nos legaram os nossos antepassados terreno vasto e fértil para produzirmos muito pão mas, deu-nos a Natureza um clima ameno que tudo cria e depressa desenvolve, e um mar imenso que ontem desbravámos e hoje é nosso e representa a parcela mais vasta do nosso território, pois, estão à nossa disposição para explorarmos duzentas milhas de Oceano rico e pródigo. As praias que o mar beija com carinho ou agride com violência são outra fortuna imensa que a Natureza nos deu e, cada grão de areia, se bem aproveitado, vale, para nós, mais do que o ouro, pois pode-nos proporcionar o que nem o ouro consegue: As divisas estrangeiras tão necessárias ao intercâmbio comercial e industrial com os outros países, ou seja, ao bem estar e dignidade dos portugueses.

O Algarve, mercê da sua privilegiada situação geográfica e da amabilidade do seu clima, poderá ser o «pivot» da recuperação económica de Portugal. Para isso terá o Governo que lhe proporcionar os meios necessários ao seu desenvolvimento acelerado e, simultaneamente, preparar as populações para o papel que lhes cabe desempenhar nessa missão gloriosa que é: a partir do Algarve tornar Portugal mais rico.

Desenvolver o Turismo, a Agricultura, a Pesca e a Pecuária é tarefa urgente no Algarve. A forma como julgamos ser possível fazê-lo irá sendo desenvolvida neste jornal regional ao longo das suas próximas edições.

Todas as ideias, sugestões e críticas serão aceites e ajudarão, certamente, O ALGARVE A ENRIQUECER PORTUGAL.

Leonel de Sousa

Reldeira, Comércio e Indústria, Materiais de Construção, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 20 de Fevereiro corrente, lavrada de fls. 54 v. a 57 do livro de notas para escrituras diversas n.º B-398, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da Notária Lic. Lídia Rodrigues Maia Devesa, os únicos sócios entre quem ficou a existir a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe e sede em Ferreiros, freguesia e concelho de Albufeira, elevaram o capital social de QUINHENTOS CONTOS para MIL CONTOS, sendo o aumento de QUINHENTOS CONTOS, integralmente subscrito e realizado a dinheiro pela sócia «Monte & Moreira, Limitada».

QUARTO — O capital social é de MIL CONTOS, está integralmente realizado em dinheiro e nos bens e valores do activo, constantes da escrita e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de oitocentos e vinte e cinco contos, pertencente à sócia «Monte & Moreira, Limitada», e uma de cento e setenta e cinco contos do sócio Mário Lopes da Eira.

Está conforme.

Lisboa, vinte e sete de Fevereiro de mil novecentos e setenta e oito.

O 2.º Ajudante,
Ezequiel Gonçalves dos Santos

O desemprego e a inflação: AS GRANDES CALAMIDADES NACIONAIS

(continuação da pág. 1)

economia adquiriu em relação ao exterior, assim subitamente desamparada da «muleta» do Ultramar, cuja «descolonização exemplar», se se revestiu de uma gravidade política no equilíbrio de forças no mundo, que a História se encarregará de julgar, acarretou-nos pelo menos, a situação deplorável e trágica de conduzir as nossas transacções comerciais com aqueles vantajosos parceiros económicos, praticamente ao nível zero.

Ora, não se prevendo, segundo as versões mais optimistas, uma retomada em força, por parte dos países industrializados, com vistas a contrariar efectivamente os efeitos da inflação generalizada, num período que não será menos de 3-4 anos, estão à vista as consequências de uma tal situação, no que nos diz particularmente respeito:

1) — REDUÇÃO DO CAUDAL EMIGRATÓRIO, o que virá agravar ainda mais os nossos problemas de desemprego. Já foram, aliás, tomadas medidas restritivas nesse sentido em França e na Alemanha, incentivando-se mesmo os emigrantes portugueses lá estabelecidos, a regressar a Portugal, mercê da concessão de prémios e de bónus especiais.

2) — CONTÍNUO AUMENTO NO PREÇO DOS BENS IMPORTADOS que, ajudado pela contínua desvalorização do escudo, se vai repercutir, quer na incontrolabilidade dos preços internos (nisso, não tenhamos esperanças!), quer no progressivo agravamento da nossa balança de pagamentos (restando-nos aguardar para quando o estoiro final).

Tal como o médico ausculta o doente para lhe detectar as maileitas e, em seguida, receber os remédios necessários, também uma análise minimamente consciente da nossa economia, conduz à detecção de uma teia de inúmeros factores de desorganização e desequilíbrio, interligados entre eles, e contribuindo todos, cada um de per si, com mais uma acha para a enorme fogueira em que estamos crepitando.

Vamos, pois, procurar sintetizar numa breve resenha, os principais desajustamentos que distorcem a economia nacional (não lhe chamamos sistema económico, em virtude da impossibilidade metodológica e epistemológica de classificá-lo com rigor, se se trata de um sistema socialista, capitalista, em vias de qualquer coisa, ou em vias de coisa nenhum...).

1. UM APARELHO ADMINISTRATIVO ESTATAL OBSOLETO, absolutamente mastodóntico, pesado, ultrapassado pelos acontecimentos, deficitário, incapaz de responder efectivamente às novas, constantes e urgentes solicitações.

2. INDEFINIÇÃO DOS SECTORES PRIVADO, COOPERATIVO E PÚBLICO. Mau grado as contínuas promessas, continua a prever a confusão, ou, o que é pior, continua a defender-se o princípio da ambiguidade, como forma de estar bem com Deus e com o Diabo, o que em nada incentiva os potenciais investidores, mas a mais desanimados pela discriminação que amiúde se verifica em favor de um sector público ineficaz, monopolista, improdutivo e sem imaginação, que consome com uma voracidade surpreendente o dinheiro dos erários públicos, o que equivale por dizer, o dinheiro de todos nós!

3. UMA SÉRIE DE DESEQUILÍBRIOS MACRO-ECONÓMICOS. É um facto comprovado no dia a dia quotidiano, e nas contabilidades nacionais, que os portugueses continuam a consumir mais do que produzem.

Por outro lado, os níveis da poupança e do investimento permanecem baixos, a par e passo com a desconfiança que se generalizou no escudo e nas instituições de crédito.

4. DESEMPREGO. Talvez, a

maior calamidade nacional, com uma percentagem elevadíssima de procura de primeiros empregos, acrescida dos despedimentos de ordem política ou de falência económica das empresas, acrescentadas ainda pelas centenas de milhares de retornados das ex-colónias, e pelos contingentes militares desmobilizados, isto já para não falar nas múltiplas formas de sub-emprego, de que trataremos em futuras abordagens do problema.

5. INFLAÇÃO. Provocada pelos desajustamentos entre a procura e a oferta, bem como pelo aumento dos bens importados, e ainda pelo aumento dos custos de produção nacional, como reflexo directo de uma maior incorporação de massa salarial.

6) DEPENDÊNCIA DO EXTERIOR. Como já vimos, e como todos sabemos, estamos completamente à mercê do exterior quer em bens essenciais de consumo, com em matérias-primas, equipamento e energia.

7) ENDIVIDAMENTO EXTERNO. À beira do esgotamento total das nossas reservas de ouro, só os encargos dos empréstimos anteriores improdutivamente desbaratados, nos farão agravar inapelavelmente a nossa situação de falência financeira, caminho directo para a bancarrota.

8) — DESEQUILÍBRIOS FINANCEIROS EM MILHARES DE EMPRESAS. A situação de falência da economia global transposta ao nível das unidades micro-económicas. Multiplicam-se os avales, os cheques sem cobertura, as impossibilidades de cobertura dos encargos pelas receitas, uma situação catastrófica em suma, que coloca muitos milhares de postos de emprego em perigo.

9. DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS. Cada vez mais cavado o fosso que separa as diferentes regiões, propalando-se uma aparente autonomia que na prática é a mais vertente das desilusões perante a verdade da centralização de decisões e de meios, que efectivamente se verifica. Por outro lado, fala-se muito, mas teima-se em manter desaproveitados inúmeros recursos naturais e humanos nas diferentes regiões do País.

10. FORÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS DEESTABILIZADORES. Desde os quadradinhos da extrema direita aos panegíricos da extrema-esquerda, passando por todo um rol de partidos políticos, associações patronais, sindicatos, forças sociais, todos os grupos parecem apostados em desestabilizar toda e qualquer tentativa séria de resolver o que quer que seja. Dramaticamente, caminhamos para uma situação em que ninguém acredita já nem em si próprio, nem ninguém parece disposto a pôr as mãos no fogo por Portugal, de quem se fala depreciativamente na linguagem vulgar como «este País», como uma entidade a que todos são alheios às suas leprosidades.

Curiosamente, todos esses grupos têm as suas receitas muito bem aviadas e empacotadas para a resolução de todas as crises. Entretanto, o Povo que somos e que existimos continua a assistir impávido ao desmoronar contínuo das promessas, à promoção da demagogia, da incompetência, do oportunismo e da politiquice baratas.

11. BAIXO NÍVEL DE VIDA. Estranhamente, quatro anos volvidos sobre a fúria libertadora e anti-classista, e muito progressista, de Abril, permanece a estatificação de uma larga camada social com um baixíssimo nível de vida, num País onde tudo se parece encaminhar para alargar ainda mais o fosso entre as diferentes classes, acrescentando capital a quem já tem capital, e tornando mais pobres os que já são pobres. Depois, ainda há quem se admire com os suspiros por Marcelo Cae-

tano que se fazem ouvir vindos de vozes do povo mais explorado deste País...

Contrastando com os oportunistas, com os especuladores que ganham hoje em dia, como nunca ganharam em cinquenta anos de ditadura, continuam a viver abanxo do mínimo aceitável e humanamente exigível, as classes que vivem da agricultura, os reformados e os pensionistas. Este é, principalmente, o lote dos portugueses (sem esquecer agora os retornados) para quem a revolução pouco ou nada fez ainda, que os tirasse da sua situação de inferioridade e subdesenvolvimento, que se reflecte no dia a dia púrpura da sua alimentação, da sua saúde, da sua educação, da sua habitação, da sua segurança social e da sua acessibilidade à civilização daqueles, que dizem defendê-lo, Povo, muito bem remipedidos das suas catedrais de assembléia ou de poleiro ministerial.

JOSÉ MANUEL MENDES

«A Voz de Loulé», n.º 671, 20-4-78
TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

No dia 23 do próximo mês de Maio, pelas 10 horas e 30 minutos, na freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, junto ao «Hotel Toca do Coelho», nos autos de acção especial de venda de penhor n.º 168/76 que correm termos por este Juízo e 1.ª secção, em que são autores José Coelho Júnior e mulher Maria da Esperança Coelho e Réu Evandro de Magalhães Viana, casado, comerciante, residente na mesma freguesia, hão-de ser postos em praça para se arrematarem aos maiores lances oferecidos acima dos valores indicados no processo, diversos móveis próprios para exploração de restaurante, como balcões, máquina de café, frigoríficos, fogão, loiças, mesas, cadeiras, talheres, etc., que constituam penhor a favor dos aludidos Autores, os quais se encontram em poder do depositário nomeado Carlos Feliardo Viegas, casado, proprietário, residente em Quarteira, podendo as pessoas interessadas na arrematação procurarem o depositário para os examinar nos 10 dias anteriores à praça, das 16 às 17 horas.

Loulé, 30 de Março de 1978.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga
O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

Artigos de Boutique

Vende-se projectores, manequins e expositores em bom estado, para boutiques e diversos artigos de «Pronto a vestir». Tratar com Mini-Mercado Heidi — Telef. 65611 — QUARTEIRA.

(3-2)



CARTA A UM ZÉ NINGUÉM COMO EU

Por LUIS PEREIRA

Zé Ninguém.

Tu que és um «Homem comum», um «Homem vulgar» como eu, um Zé Ninguém chinês, russo, alemão, francês ou português, não imaginaste ainda a grandeza que tens. Continuas a ser um pobre diabo sem opinião, ignoras a realidade da tua grandeza, subjugaste a «grandes homens» que mais não são do que uns Zés Ninguéns iguais a ti e a mim.

Hoje, Zé Ninguém, descobri que sendo um Zé Ninguém como tu, posso libertar-me dos muitos Zés Ninguéns de todo o mundo e trilhar o caminho certo. Mas tu não sabes qual o caminho certo, nem tão pouco queres tentar saber. Preferes continuar agarrado à tua cobardia, invejando a posição de outros Zés Ninguéns, não gostas que te critiquem, foges da verdade só porque ela te desagrada. Tu Zé Ninguém, que fazes tremer um mundo inteiro, que com a tua ignorância mobilizas exércitos contra exércitos, continuas seguindo o caminho do Mal que te manipula a cada momento, continuas agarrado às ideias e opiniões de outros Zés Ninguéns e não pensas com a tua própria cabeça porque a existência mete-te medo. Não assumes as tuas próprias responsabilidades, foges de ti próprio, és um incapaz, um impotente; o teu corpo trava uma luta acesa contra o teu espírito e tu cais sempre na ignorância e no sectorismo de obedecer ao Zé Ninguém que trazes dentro de ti, fugindo à existência humana e à felicidade. Sim, Zé Ninguém! Depois chamas nomes a Deus ou

à Providência, lamentas a tua vida e a dos teus filhos, mas nada fazes para seres tu.

É-te mais fácil dar «vivas» àqueles que te enganam e te oprirem e caiem na mais aguda baixezia humana, porque são uns Zés Ninguéns como tu e como eu. A tua liberdade é uma liberdade condicionada, agarrada aos preconceitos da tua educação defeituosa e estás sempre sujeito à vida maléfica dos teus antecessores de há milhares de anos. Tu, Zé Ninguém, que tens o mundo nas mãos, um futuro que te pertence!

Conheço o Zé Ninguém que habita em mim e que me prende a esta sociedade de Zés Ninguéns, hipócrita e corrupto. Por isso, conheço os Zés Ninguéns de todo o mundo que não são muito diferentes uns dos outros. Ainda ontem me refugiei no meu quarto, fiz poesia do nada, fui a esta sociedade, pensei na vida, quando afinal não assumo as responsabilidades de ser eu e deixo-me influenciar constantemente por outros Zés Ninguéns como eu, procurando uma tábua de salvação que não existe, enquanto cada Zé Ninguém de todo o mundo não assumir as responsabilidades da sua essência. Sim, Zé Ninguém! Cada indivíduo tem o seu futuro dentro de si se assumir as suas responsabilidades e se se gerir pelas leis da vida. Eu sei que tu não queres conhecer as leis da vida, embora saibas que elas estão bem luzidas dentro de ti.

Acusas-me, muitas vezes, que não faço nada e sou «malandro» mas não me ajudas a sair do la-

maçal, invejas sim a minha posição ingrata e cruel porque tu, Zé Ninguém, só aprendeste a gostar das coisas que te prejudicam; só te invejas no mal dos outros e de cada doutrina, de cada livro, só aproveitas o conteúdo do maléfico. Se te falam em Newton ou em Galileu, ris-te e chama-lhes doentes mentais, mas se apanhas à mão livros de pornografia ou «cowboyadas» aos quadrinhos vais a correr mostrá-los a outros Zés Ninguéns como tu. Bates palmas a todos os Zés Ninguéns que te enganam com slogans viciados e mentirosos e desprezas aqueles que têm coragem de dizer-te de caras, que és um Zé Ninguém, um pobre diabo, um nabo; a realidade mete-te medo. Criticas os erros dos outros mas não emendas os teus, sabendo de antemão que eles são idênticos. Procuras o comodismo e a vida fácil, mas engrossas manifestações, corres atrás de todos os Zés Ninguéns como tu gritando contra aquilo que és. Chamas prostituta à mulher que te mostra os dentes e vais gabar-te aos amigos que já fizeste isto e aquilo, contudo, casaste-te com um certificado de casamento, com uma dona de um Bataclã qualquer, só porque ela te dá prazer com sua luxúria. Até no amor te revelas um canalha, um impotente incapaz de amar às claras e com respeito. Depois se ela te «corneia», chateias-te, bates-lhe e acabas consultando um psicólogo, que mais não é que um Zé Ninguém como tu, que soube aproveitar as áreas em que havia limitações e estreiteza no seu modo de pensar e agir. Tu, Zé Ninguém, nem isso reconheces! Ele é tão pequeno como tu ou como eu, apenas adquiriu a habilidade limitada de reconhecer que é pequeno, enquanto tu, Zé Ninguém, continuas gritando nas ruas que aquele gajo é «porreiro» para primeiro ministro, só porque notou nele agilidade verbal, os sofismas necessários para te enganarem, mas não assumes as responsabilidades de seres tu se amanhã te achares num lugar destacado. És deveras um impotente dominado pela tua fraqueza e não olhas à tua grandeza que é bem maior. Conheço-te um pouco, Zé Ninguém! Eu que sou um Zé Ninguém como tu, tenho muito medo de ti e de mim. A nossa grandeza é tão grande que até os grandes não seriam grandes se não reconhecessem a grandeza da nossa grandeza. Efectivamente eles são «grandes» à nossa custa, Zé Ninguém! É pena que tu continues a ser o suporte de gente mediocre, acólita, tirana, que gritas e que te ajoelhas, que engrosses manifestações de rebeldia e ladroagem, quando até te apercebes à partida que estás a servir de sustentáculo à politicagem, a outros Zés Ninguéns como tu, quantas vezes mais baixos e mais doentes mentais...

Segundo as informações de que dispomos, nos termos do projeto de decreto-lei, as Unidades Colectivas de Produção ficarão com 85% do produto da venda da cortiça, sendo 15% para o Fundo de Fomento Florestal. Para círculo, as vendas que não tenham ainda sido feitas, e referentes à tiragem do ano passado, passarão a reger-se por este decreto, donde a urgência com que este assunto tem vindo a ser tratado. Sendo assim, poderão ser «legalizadas» a posteriori, as transacções ilegais e fraudulentas que, em grande número, as Unidades Colectivas realizaram o ano passado!

Este projeto de decreto-lei foi apresentado, para análise, ao CDS, tendo sido examinado por um número muito restrito de técnicos deste partido (entre os quais, o líder do gabinete «sombra» para a agricultura, Carvalho Cardoso), que, segundo temos conhecimento, não fizeram objecções de vulto. Também, neste caso, as Associações de Agricultores foram ignoradas.

Segundo nos informam, o ministro Luís Sáias está a par do assunto, não tendo levantado quaisquer entraves ao andamento deste projeto perfeitamente desonesto e indigno de um governo, sendo provável que o decreto seja promulgado.

VACAS DE CARVALHO

(conclui no próximo número)

As Festas em honra de Nossa Senhora da Piedade

Trouxeram a Loulé milhares de forasteiros

Corpo Nacional de Escutas de Loulé e outras organizações.

Empolgante, como de costume, a subida da íngreme ladeira, espetáculo que conta sempre com a presença de milhares de louletanos, mesmo que para tanto tenham que deslocar-se de terras distantes. É uma tradição que não querem perder porque os faz vibrar de emocionante alegria.

Alegria que chega às lágrimas provocadas pelo entusiasmo dum multíplo que vibra e se empolga por viver aqueles momentos em que o andor a correr de ladeira acima aos ombros de homens cuja devoção exige um sacrifício que é feito de transbordante alegria e orgulho. Alegria por se sentirem com energias bastantes para aquela maratona e orgulho porque são «os homens do andor», dignos duma tradição que tem sido possível manter ao longo de tantos anos.

Se bem que não tenha sido a primeira vez, é no entanto merecedora de elogios, a feliz ideia de concentrar as festividades num amplo largo do monumento a Duarte Pacheco de forma a evitar uma excessiva aglomeração de fiéis na pequena igreja de S. Francisco (onde o calor seria insuportável) e até prejudicando muito menos um trânsito que é sempre intensivo a ponto de ser difícil estacionar automóveis numa terra que pode orgulhar-se das suas belas e amplas avenidas.

Haverá ainda por aí alguém que, temos e cretinamente, queria tentar comunizar um Povo arreigado a velhas tradições cristãs? Um Povo que tem fé em Deus e se exprime com entusiasmo perante manifestações religiosas?

Haverá por aí alguém que tenha assistido às festas de Nossa Senhora da Piedade e não se aperceba dos sentimentos espirituais de milhares de algarvios que vieram a Loulé em sentida romagem de Fé?

Até parece que a desejada (por alguns) comunização de Portugal fez despertar a fé em muitos diferentes.

J. F.

DIA DA ÁRVORE

(continuação da pág. 1)

car por exemplo o que se passa aqui em Quarteira? Felizmente estamos rodeados de lindas matas, mas infelizmente as pessoas não têm o mínimo respeito pelas mesmas pois vimos toda a espécie de atrocidades e poucas vergonhas. Estamo-nos a lembrar da mata junto ao Algarvesol que mais parecia e ainda parece uma autêntica estrumeira, sem que os seus utentes tenham manifestado um mínimo de respeito por quem quer que seja. Tropeça-se aqui e ali com garrafas partidas, latas vazias, sacos de plástico cheios de lixo, etc. Enfim, uma bela imagem a ser aproveitada pelos promotores do dia da árvore.

Porque acontece isto aqui em Quarteira? (cremos que em todas as Quarteiras deste País). Não andaremos longe da verdade se atribuirmos esta pouca vergonha ao chamado «campismo selvagem» que a todos e tudo desrespeita, principalmente após o 25 de Abril, em que a fobia do desrespeito campeou neste País e que era difícil dizer-se qualquer coisa contra, não se fosse ofender, não compreendendo toda essa gente que do asseio que deixarem o local que ocasionalmente acampam, depende o bem estar de outros e mais tarde o deles se porventura quiserem utilizar o mesmo local?

Será assim tão difícil de compreender?

Pelo Natal, Santo Deus, a selvejaria com que se cortam os pinheiros a eito, escolhendo qual nababo nadando em estupidez o que mais agrada depois de estarem uns quantos.

Por tudo isto, o dia da árvore dava constituir para todos nós um alerta consciente, para que os campistas façam apenas campismo, para que os pais incutam nos filhos o respeito que a natureza merece, para que os promotores de tal efeméride insistam junto de quem de direito para que usem essa data não para mostrar as belezas literárias mas as misérias que dia a dia as árvores são sujeitas.

MANUEL BOTA ESPADINHA

ESCOLA PRIMÁRIA DE QUARTEIRA

(continuação da pág. 1) olhando aos estragos e depradões que cometem.

Sabemos que a GNR já tem patrulhado o local mas os resultados têm sido infrutíferos quanto à captura dos assaltantes que por ora divagam em liberdade, certamente aguardando novas oportunidades...